

# QUATRO MITOS E O FIM DE UM SONHO

Antonio Kandir

*Afirmção 1 — A inflação brasileira apesar de alta está estabilizada.*

*Afirmção 2 — Não será difícil articular um pacto social em torno de um plano de estabilização econômica.*

*Afirmção 3 — Diante da ameaça de uma hiperinflação, os militares seriam fiéis aos princípios democráticos, mesmo que a hiperinflação representasse um risco de colapso nas relações de troca e de produção, com suas consequências negativas sobre o emprego e a "ordem".*

*Afirmção 4 — A convicção democrática da sociedade brasileira oferecerá uma forte resistência a qualquer tentativa de intervenção militar, mesmo que essa viesse para tentar evitar ou interromper as sequelas de um processo hiperinflacionário.*

Se você, leitor, está profundamente convencido de que pelo menos uma das afirmações acima não é mítica, talvez possamos vislumbrar ainda algum horizonte.

Mas mesmo assim, um aspecto do quadro é inegável: está feia a coisa. A segmentação e corporativização da sociedade brasileira, a paralisação na capacidade coordenadora e regulatória do Estado, o esgarçamento dos mecanismos de representação, a perda de credibilidade da classe política, a afirmação dos valores conservadores nas mais diversas camadas da sociedade, tudo isso está chegando a níveis intoleráveis.

E antes que você, leitor, se ocupe com as possíveis razões ocultas do meu pessimismo, gostaria de desviá-lo para alguns comentários sobre a afirmação 1. Como nas miragens — que permitem que vejamos coisas desejáveis, embora não existam —, muitos estão enxergando na repetição

de algumas taxas de inflação em torno do nível de 18% o oásis da estabilização inflacionária. Já há mesmo quem veja Sarney sendo conduzido em glória nos ombros do povo, celebrando em 1989 uma inflação de 80% ao ano.

Afetivamente, otimismo dessa ordem se justificam. Afinal, haja estrutura emocional para que se possa produzir, investir e fazer aplicações diante das incertezas de uma hiperinflação — sem falar nas piruetas mentais a que se vêem obrigados os economistas, numa situação tão pouco tranquilizadora. Tudo é mais fácil — produzir, analisar e afirmar — caso se suponha um equilíbriozinho inflacionário, ainda que pouco duradouro. O economista mainstreamista não pode resistir à doçura do paradigma de equilíbrio, que acalma o sentimento diante da instabilidade, com a desvantagem marginal de também paralisar o cérebro.

Contudo, é preciso reconhecer que estamos em estado de *inflação acelerada*, e que essa situação está intrinsecamente associada à fragilidade financeira do setor público. Mas o que é, afinal, essa fragilidade financeira do setor público? Para começo de conversa, ela não tem nada a ver com o conceito de déficit público. A Itália que o diga. Ostentando sua modernidade industrial e suas novas formas de organização, ela nem dá bola para o seu déficit público, e continua rampa acima, crescendo e demonstrando uma estabilidade de preços inimaginável na cabeça do analista mainstreamista, que estabelece vulgarmente uma relação direta entre déficit público e inflação. O mesmo acontece com a economia americana, que também passeia alegremente com seu formidável déficit, enlevada pelo binômio endividamento-hegemonia, o qual lhe garante um financiamento que mantém domesticadas todas as expectativas.

Por nossas paragens no entanto a volúpia é completamente enganosa. Até o começo dos anos 80 foi possível crescer com base num padrão de financiamento que supunha continuidade de crédito externo. Mas, com a ruptura do sistema de crédito internacional para os países fortemente endividados, o balão fiscal estourou e com isso instaurou-se definitivamente a dúvida sobre os caminhos da política fiscal — uma incerteza grave, na medida em que o Estado, em função da crise política, se vê numa paralisia progressiva.

Assim, o processo inflacionário brasileiro passou a incorporar um componente endógeno de aceleração inflacionária, em função da persistência de uma tendência a elevação do endividamento global do setor público, associada a uma exaustão de um padrão de financiamento do setor público onde o crédito externo exercia um papel importante. Essa fragilidade financeira do setor público tornou especialmente instáveis as expectativas dos agentes econômicos quanto à condução da política fiscal, afetando dessa forma o processo de diferenciação setorial das margens de lucro desejadas, o que, num contexto de indexação generalizada, se resolve através da aceleração inflacionária.

Do meu ponto de vista, o processo de formação de preços é mais complicado do que em geral as teorias de inflação supõem. Além dos determinantes estratégico e estrutural das margens de lucro desejadas, existe uma dimensão expectacional dessas que faz com que o custo de uso do capital, associado à decisão de realizar um certo nível de produção, interfira poderosamente no processo de determinação das margens de lucro num contexto de instabilidade. Diante de uma situação de fragilidade financeira do setor público, temos como consequência que os setores que se utilizam grandemente de produtos com elevada "energia fiscal" (bens público-fiscais, isto é, bens produzidos e comercializados pelo setor público e/ou que incorporam subsídios e/ou um potencial de aumento de carga tributária) tentem aumentar mais do que proporcionalmente suas margens de lucro. Como estamos numa economia onde o grau de indexação é elevado, o resultado disso é uma aceleração da inflação que, quando concretizada, piora ainda mais a situação financeira do setor público, acentuando sua fragilidade e, em consequência, a importância do componente expectacional dos preços.

Constitui-se assim um circuito perverso entre incertezas com relação à evolução da política fiscal e de tarifas públicas, tentativas de aumento das margens de lucro de setores que se utilizam intensamente de insumos com elevada "energia fiscal", maior rigidez nos padrões de indexação, aceleração da inflação, queda do superávit não-financeiro do governo, aumento do endividamento do setor público, aumento dos custos do endividamento do setor público e, fechando o longo e penoso circuito, temos novamente as incertezas com relação à evolução da política fiscal.

Quando o superávit financeiro do setor público é insuficiente para conter a tendência ao crescimento do endividamento do setor público, esse circuito se fecha e consubstancia o componente endógeno da aceleração inflacionária. Para romper definitivamente com esse circuito é necessário resolver o problema do endividamento do setor público, mas essa é uma outra história, ou melhor, na atual conjuntura, um outro sonho.